

PORTARIA Nº 82, DE 25 DE JULHO DE 2007

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - INTERINA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do artigo 1º da Portaria nº 213, de 29 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 30 do mesmo mês e ano, e tendo em vista o que consta do processo abaixo, resolve:

Processo n.º 53000.061181/2005. Aplica à Rádio Cultura de Macaíba Ltda., executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Macaíba/RN, a pena de multa no valor de R\$ 867,70 (oitocentos e sessenta e sete reais e setenta centavos), por contrariar o disposto no item 6.5 da Resolução 67/98 - Regulamento Técnico para Emissoras de Radiodifusão Sonora em FM.

ESMERALDA EUDÓXIA GONÇALVES TEIXEIRA

Ministério das Relações Exteriores**SECRETARIA-GERAL
DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DAS COMUNIDADES
BRASILEIRAS NO EXTERIOR
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS
DIVISÃO DE ATOS INTERNACIONAIS****AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO DE
COOPERAÇÃO ECONÔMICA, CIENTÍFICA E TÉCNICA
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DE ANGOLA
PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "CAPACITAÇÃO
DO SISTEMA DE SAÚDE DA REPÚBLICA DE ANGOLA"**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República de Angola
(doravante denominados "Partes Contratantes"),

Considerando o estabelecido no Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola, firmado em 11 de junho de 1980;

Desejosos de promover a cooperação técnica para o desenvolvimento;

Convencidos de que a cooperação técnica na área de saúde reveste-se de especial interesse para as Partes Contratantes,

Acordam o seguinte:

Artigo I

1. O presente Ajuste Complementar tem por objeto a implementação do projeto "Capacitação do Sistema de Saúde da República de Angola" (doravante denominado "Projeto"), cuja cooperação desenvolver-se-á nos seguintes domínios, considerados de interesse comum:

a) apoio à organização e implementação do curso de Mestrado em Saúde Pública em Angola para formar profissionais que atuarão no ensino, investigação e cooperação técnica na Escola de Saúde Pública de Angola;

b) apoio à estruturação de uma rede de bibliotecas em saúde em Angola;

c) apoio à reestruturação das Escolas Técnicas de Saúde de Angola; e

d) apoio ao fortalecimento do Instituto Nacional de Saúde Pública de Angola.

2. Projeto contemplará os objetivos, as atividades, os resultados e o orçamento.

Artigo II

1. O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério de Relações Exteriores (ABC/MRE) e a Assessoria Internacional do Ministério da Saúde do Brasil (AISA) como instituições responsáveis pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar, e

b) a FIOCRUZ como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar.

2. O Governo da República de Angola designa:

a) o Ministério da Saúde como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) a Direção Nacional de Recursos Humanos como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar.

Artigo III

1. Ao Governo da República Federativa do Brasil cabe:

a) designar e enviar especialistas brasileiros a Angola para desenvolver as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

b) receber especialistas angolanos no Brasil para serem capacitados pelas instituições executoras do Projeto; e

c) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

2. Ao Governo da República de Angola cabe:

a) designar especialistas angolanos que participarão de atividades de cooperação técnica no âmbito do Projeto no Brasil e em Angola;

b) disponibilizar instalações e infra-estrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica do Projeto em Angola;

c) prestar aos especialistas brasileiros apoio necessário à execução do Projeto; e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

Artigo IV

Os custos de implementação do presente Ajuste Complementar serão compartilhados por ambas as Partes Contratantes, com base nos detalhes do Projeto.

Artigo V

Na execução das atividades previstas no presente Ajuste Complementar, as Partes Contratantes poderão dispor de recursos de instituições públicas e privadas, de organizações não-governamentais, de organismos internacionais, de agências de cooperação técnica, de fundos e de programas regionais e internacionais.

Artigo VI

As atividades mencionadas no presente Ajuste Complementar estarão sujeitas às leis e aos regulamentos em vigor na República Federativa do Brasil e na República de Angola.

Artigo VII

Os direitos de propriedade intelectual obtidos a partir dos resultados, produtos e publicações provenientes do presente Ajuste Complementar estarão sujeitos às leis e aos regulamentos vigentes em ambos os países.

Artigo VIII

1. As Partes Contratantes poderão tornar públicas para a comunidade técnica e científica internacional informações sobre os produtos e as patentes derivados das atividades de cooperação resultantes do presente Ajuste Complementar, desde que previamente acordado por escrito.

2. Em qualquer situação as Partes Contratantes deverão especificar que as informações e os produtos gerados pelo Projeto resultam do esforço conjunto das instituições executoras.

Artigo IX

1. As instituições executoras mencionadas no Artigo II elaborarão relatórios sobre os resultados obtidos no Projeto desenvolvido no âmbito do presente Ajuste Complementar e apresentarão às instituições coordenadoras.

2. Os documentos resultantes das atividades desenvolvidas no contexto do Projeto a que se refere o presente Ajuste Complementar serão de propriedade conjunta das Partes Contratantes. Em caso de publicação dos referidos documentos, deverão as Partes Contratantes ser consultadas e mencionadas no documento objeto de publicação.

Artigo X

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data de sua assinatura e terá vigência de dois (2) anos, sendo renovado automaticamente, até o cumprimento de seu objeto, salvo manifestação contrária das Partes Contratantes.

Artigo XI

O presente Ajuste Complementar poderá ser emendado, por consentimento mútuo, mediante troca de Notas diplomáticas entre as Partes Contratantes.

Artigo XII

Qualquer uma das Partes Contratantes poderá manifestar, a qualquer momento, por via diplomática, a sua decisão de denunciar o presente Ajuste Complementar. A denúncia somente surtirá efeito três (3) meses após o recebimento da respectiva notificação e não afetará as atividades que se encontrem em execução, exceto se uma das Partes Contratantes manifestar o contrário.

Artigo XIII

As questões não previstas no presente Ajuste Complementar serão regidas pelas disposições pertinentes do Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola.

Em testemunho do que, os signatários devidamente autorizados pelos seus respectivos governos assinam o presente Ajuste Complementar.

Feito em Luanda, em 9 de julho de 2007, em dois exemplares originais em idioma português, fazendo ambos os textos igualmente fé.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil

MARCELO LEONARDO DA SILVA
VASCONCELOS
Embaixador

Pelo Governo da República de Angola

JOSÉ VIEIRA DIAS VAN-DÚNEM
Vice-Ministro de Saúde

**AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO DE
COOPERAÇÃO CULTURAL E CIENTÍFICA ENTRE O
GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O
GOVERNO DA REPÚBLICA DE ANGOLA NA ÁREA DE
"FORMAÇÃO DE DOCENTES EM SAÚDE PÚBLICA EM
ANGOLA"**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República de Angola
(doravante denominados "Partes Contratantes"),

Reconhecendo a necessidade de consolidar os laços de amizade, e cooperação entre ambos os países;

Desejosos de promover as relações de cooperação na área da saúde e formação de quadros;

Tendo em conta o especial interesse que se reveste para as Partes Contratantes a cooperação técnica na área de saúde com base no benefício mútuo e reciprocidade de vantagens;

Considerando o estabelecido no Acordo de Cooperação Cultural e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola, assinado em Luanda, em 11 de Junho de 1980,

Acordam o seguinte:

Artigo I

O presente Ajuste Complementar visa a estabelecer o programa de cooperação educacional intitulado "Formação de Docentes em Saúde Pública em Angola", objetivando a abertura da primeira turma de mestrado e apoio à estruturação da Escola Nacional de Saúde Pública de Angola.

Artigo II

1. O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) a Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) vinculada ao Ministério da Educação como responsáveis pela execução e avaliação das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar,

b) a Divisão de Temas Educacionais do Ministério das Relações Exteriores e as Assessorias Internacionais dos Ministérios da Saúde e da Educação como responsáveis pelo assessoramento e acompanhamento das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar.

2. O Governo da República de Angola designa:

a) a Direção Nacional de Recursos Humanos do Ministério da Saúde como responsável pela execução e avaliação das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) o Gabinete de Intercâmbio Internacional do Ministério da Saúde como responsável pela assessoria e acompanhamento das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar.